

RETRATOS DO BRASIL: Metade da força de trabalho ganhava menos de R\$ 300, ou dois salários-mínimos da época

Trabalhador sem instrução é 23% do mercado

Censo 2000 mostra que 15,4 milhões de ocupados são analfabetos funcionais, com menos de 4 anos de estudo

Luciana Rodrigues

Quase um quarto da mão-de-obra empregada no Brasil tem nenhuma ou pouquíssima instrução. Segundo dados do Censo 2000 divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 23,5% dos trabalhadores ocupados — ou seja, que estavam no mercado de trabalho — tinham estudado menos do que quatro anos. Eram 15,4 milhões de brasileiros nessa condição, considerados analfabetos funcionais. Os novos resultados do Censo mostram ainda uma enorme diferença regional na qualificação dos trabalhadores e nos rendimentos pagos.

O IBGE constatou que metade dos ocupados no Brasil ganhava em julho de 2000 menos de R\$ 300, abaixo do equivalente a dois salários-mínimos na época (era de R\$ 151).

Como em outros levantamentos do Censo, as piores estatísticas aparecem no Nordeste. Na região, o rendimento médio — nível intermediário entre a metade que ganha menos e a metade que ganha mais — era de R\$ 165. E a parcela dos trabalhadores ocupados com menos de quatro anos de estudo alcançava 41%.

São analfabetos funcionais, pessoas que nunca frequentaram a escola ou que sequer concluíram a quarta série do ensino fundamental — explica Vandell dos Santos Guerra, consultora do IBGE.

O paraibano Antônio Lúcio da Silva, de 54 anos, chegou a estudar num colégio de sua cidade natal, mas saiu antes de completar a segunda série do antigo primário. Há 35 anos morando no Rio, ele nem se lembra com que idade começou a trabalhar na roça da família. No Rio, foi pedreiro, bombeiro hidráulico e, por falta de serviço, há dez anos começou a trabalhar no camelódromo da Rua Uruguiana.

Antigamente, ninguém ligava para estudar. Agora é de uma importância danada ter diploma. Mas quanto menino que sai da faculdade aí e fica sem emprego? Quanta gente que estudo foi para a fila de garçagem da prefeitura? Para um analfabeto como eu, a coisa então está mais difícil ainda — diz o paraibano que se queixa da dificuldade de conseguir trabalhos temporários como pedreiro ou bombeiro.

Os especialistas lembram que os dados da instrução no mercado de trabalho são ainda mais preocupantes quando se leva em conta que essas pessoas em geral são mais educadas do que o conjunto geral da população nacional, que inclui os desempregados e as pessoas que não estão em idade ativa.

Como a metodologia usada pelo IBGE para avaliar o mercado de trabalho mudou, não

é possível comparar os dados com o Censo de 1991.

Segundo o sociólogo Carlos Hasenbalg, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), o acesso à educação deu um salto nos anos

90. Ainda assim, o Brasil tem indicadores educacionais próximos aos de nações mais pobres da América Latina, como Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Guatemala. Para Hasenbalg, é preciso acelerar os avanços da década passada. E, principalmente, aprimorar a qualidade do ensino.

As avaliações do Ministério da Educação apresentam resultados muito ruins

Mulheres estudam mais anos e têm rendimento menor

O Censo 2000 mostra que apenas 21,5% dos trabalhadores ocupados completaram o ensino médio. E só 7,2% têm mais de 15 anos de estudo, ou seja, concluíram a faculdade.

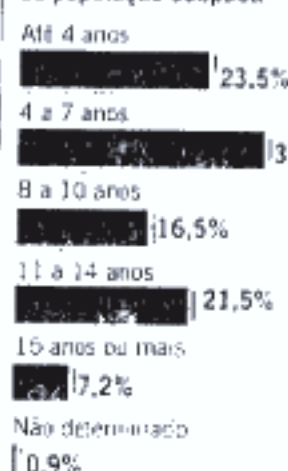
As mulheres têm mais instrução: 18,1% das trabalhadoras ocupadas eram analfabetas

A qualificação profissional

INSTRUÇÃO NO TRABALHO

Quase um quarto dos trabalhadores ocupados tinha menos de 4 anos de estudo, ou seja, era analfabeto funcional. (eram todos 15,4 milhões de brasileiros nessa condição).

Número de anos de estudo da população ocupada



AS DIFERENÇAS NO RENDIMENTO

O rendimento do trabalhador rural no Nordeste era equivalente a 30% do auferido por quem trabalha em área urbana no Sudeste. Quando se considera a renda familiar, as famílias em áreas rurais do Nordeste ganhavam pouco mais do que o salário-mínimo da época e quase um quarto do recebido pelas famílias urbanas do Sudeste.

A renda dos trabalhadores ocupados*

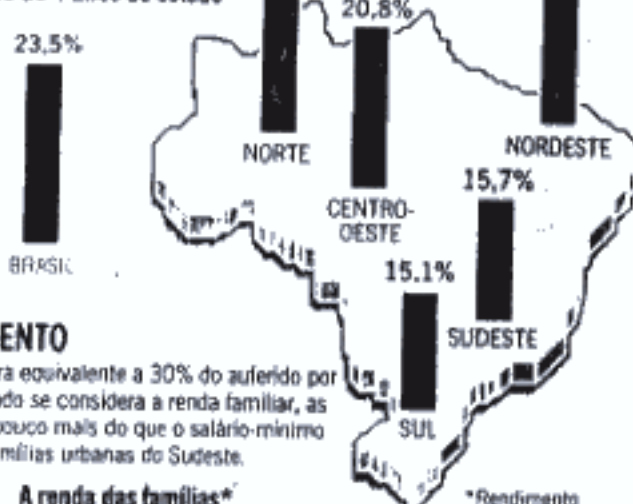
Em reais	Total	Urbano	Rural
Brasil	300	330	157
Sul	325	350	230
Sudeste	400	400	208
Centro-Oeste	300	300	250
Nordeste	165	200	120
Norte	250	280	180

A renda das famílias*

Em reais	Total	Urbano	Rural
Brasil	511	600	300
Sul	600	680	400
Sudeste	700	750	360
Centro-Oeste	531	590	332
Nordeste	302	342	190
Norte	391	450	280

*Rendimento médio em valores de julho de 2000. Na época, o salário-mínimo era de R\$ 151

Percentual de ocupados com menos de 4 anos de estudo



ANTÔNIO LÚCIO da Silva trabalha num camelódromo no Centro do Rio e tem menos de 2 anos de estudo

funcionais. Entre os homens, essa parcela era de 26,7%. Isso não evita, porém, que elas ganhem menos. Enquanto o rendimento médio dos homens foi de R\$ 340, o das mulheres ficou em R\$ 250.

Nos dez grupos de ocupação pesquisados pelo IBGE, os

homens ganhavam mais do que as mulheres. E o trabalho feminino se concentra em algumas atividades. Quase metade das trabalhadoras (44,9%) estava ocupada no setor de serviços e como vendedoras de lojas e mercados. E 18,7% trabalhavam em serviços domésticos.

Há uma diferença de gênero evidente. As formas de inserção da mulher no mercado de trabalho são bem distintas — afirma Vandell, do IBGE.

A baiana Rita Célia Santana da Cruz, de 50 anos, se orgulha de ter começado no mercado de trabalho como doméstica.

Seu primeiro emprego em casa de família foi aos 14 anos, quando chegou ao Rio. Rita trabalhou como doméstica e faxineira e há oito anos é camelô.

— Criei dois filhos dando duro em casa de madame e não me envergonho disso — conta.

69% dos empregadores têm até cinco funcionários

Mais de 40% dos ocupados brasileiros trabalhavam mais do que 45 horas semanais: 17,3% tinham jornada de 45 a 48 horas por semana, e 25,1%, de mais de 49 horas. A parcela que trabalhava menos de 40 horas era de 23,5%. Os dados mostram que os empregadores trabalhavam mais: apenas 12% dedicavam menos de 40 horas por semana a seus negócios.

O IBGE constatou ainda que o Brasil é o país dos pequenos empreendimentos. Entre os empregadores, 69% ocupavam no máximo cinco empregados. Entre os trabalhadores, 2,9% eram empregadores e 66,6%, empregados. ■

FGV: abismo salarial tem origem na educação

IBGE diz que os 10% com maiores salários abocanham metade da renda do trabalho no país

A falta de instrução é uma barreira para o trabalhador conseguir melhores remunerações. O Censo 2000 constatou que, entre as pessoas que ganhavam até um salário-mínimo, três quartos eram trabalhadores que não concluíram o ensino fundamental: 39,9% tinham até quatro anos de estudo e 35,1% frequentaram a escola por quatro a sete anos. Na outra ponta, os rendimentos mais elevados foram para as mãos dos mais instruídos. Entre os que ganhavam mais de 30 salários-mínimos, 59,8% tinham terminado a faculdade e 23,1% haviam concluído o ensino médio.

Os dados mostram que a enorme desigualdade de renda característica da sociedade brasileira se faz presente no mercado de trabalho. Os 10% dos ocupados com maiores rendimentos abocanharam metade (50,5%) da renda total do trabalho em 2000.

O economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), afirma que o principal determinante da desigualdade salarial no Brasil é mesmo a instrução.

— A educação é um recurso escasso no Brasil e, por isso, é tão valorizado — explica.

As diferenças regionais também são grandes. Enquanto nas cidades do Sudeste os trabalhadores tinham um ren-

timento médio de R\$ 400, nas áreas rurais do Nordeste esse valor era de apenas R\$ 120, ou seja, inferior ao salário-mínimo da época (R\$ 151). Quando se considera o rendimento das famílias, na área rural do Nordeste a renda mediana (R\$ 190) era quase um quarto do recebido nas zonas urbanas do Sudeste (R\$ 750).

O Nordeste tinha a maior parcela de população ocupada na categoria de "sem rendimento": 15,6%. E dois quintos dos trabalhadores nordestinos ganhavam menos do que um salário-mínimo na época.

IBGE: crianças trabalham para ajudar os pais

As crianças têm a maior parcela de trabalhadores sem remuneração: são 38,6% dos brasileiros ocupados entre 10 e 14 anos nessa condição. Vandell dos Santos Guerra, consultora do IBGE, explica que esse é o caso de crianças que ajudam os pais no trabalho rural, por exemplo. Outros 9,8% dos brasileiros nessa faixa etária trabalhavam na produção para o consumo próprio. Com isso, quase metade das crianças entre 10 e 14 anos que trabalhavam estavam envolvidas em atividades sem rendimentos.

Os dados do IBGE mostram que 6,6% dos brasileiros dessa idade trabalhavam em 2000. (Luciana Rodrigues) ■